

Prólogo

Vários livros já nadaram vigorosamente contra a corrente de desinformação em relação ao conflito do Oriente Médio. A maciça propaganda anti-israelense, veiculada incessantemente, tem gerado uma quantidade menor, mas não menos constante, de respostas fundadas em fatos e análises.

O caráter panfletário das distorções, propagadas em fotografias, vídeos, manchetes, entrevistas e declarações bombásticas, generosas em pontos de exclamação, contrasta com a paciente desconstrução de seus opositores. O resultado tem favorecido, pelo menos numericamente, os críticos do sionismo, que se beneficiam do volume, do destaque e da rapidez com que suas opiniões são difundidas, bem como do impacto provocado pelas imagens-- cuidadosamente editadas, quando não deliberadamente falsas[1]. Nesse sentido, nunca foi tão válida a afirmação "*uma imagem vale por mil palavras*", cada vez mais pertinente na medida em que a leitura tende a tornar-se um hábito excêntrico.

O conhecido ditado jornalístico retrata bem -- sem trocadilho -- a preferência da maioria silenciosa pelo maniqueísmo. A indignação planejada e dirigida pela mídia contra esse sempiterno vilão com ilimitado

currículo de serviços prestados aos que se valem da projeção para manter a boa consciência continua rendendo dividendos.

Mesmo assim, textos com análises pertinentes e escrutínio cuidadoso permanecem importantes e necessários. A razão fala em voz baixa, dizia Freud, mas acaba por ser ouvida. O confronto entre desinformação e informação, distorção e isenção, aplicação desigual de critérios e a respectiva denúncia tem ocupado a maior parte do espaço dedicado ao debate sobre o conflito do Oriente Médio.

Mais difícil é encontrar estudos que se ocupem da lógica subjacente à demonização do estado judeu. Entre aqueles que se interrogaram a respeito do novo enigma, muitos notaram, contra o fogo cerrado dos protestos em contrário, que entre anti-sionismo e anti-semitismo há vários pontos em comum. A demonstração é fácil; basta comparar os textos publicados nos jornais da Alemanha, digamos, de 1930 até o fim da guerra, bem como sua repercussão na opinião pública, com o teor da avalanche de notícias, artigos, manifestações e outras formas de partidarismo que têm por alvo preferencial o estado judeu, principalmente a partir dos anos 80.

A conseqüência é semelhante. À demonização do judeu, efetuada nos anos 30, sucedeu a solução final de 1941, tanto quanto à demonização de Israel, em curso no ocidente desde os anos 80, corresponde a segunda solução final, que pede a extinção do estado judeu, posição cada vez mais consensual. Tendo sido defendida inicial e unicamente pelas oligarquias dos países árabes e muçulmanos, é agora coonestada por figuras proeminentes da esquerda.[2]

Quem queira entender os aspectos centrais do conflito do Oriente Médio não pode deixar de perguntar como a esquerda se alinhou progressivamente com a posição de algumas das ditaduras mais retrógradas do planeta. Entende-se (ainda que não se justifique) a hostilidade de governos interessados em petrodólares e/ou dependentes de petróleo, bem como a da direita clássica, para quem a existência de Israel contradiz a tese da inferioridade racial.

Mas a atitude da esquerda é, em princípio, enigmática.

A semelhança entre o anti-sionismo do fundamentalismo islâmico e o anti-sionismo da esquerda fica mais evidente ainda quando se leva em consideração a abundante produção de *cartoons* sobre o conflito. Sharon devorando crianças palestinas, à maneira de Cronos/Saturno[3], e Cristos palestinos crucificados por soldados com a estrela de Davi, tornaram-se a iconografia oficial que acompanha os editoriais da grande imprensa sempre que a situação se exacerba e os comentaristas internacionais são chamados a interpretá-la. Por outro lado, na imprensa cativa das ditaduras do Oriente Médio, as caricaturas de judeus com narizes aduncos e sobrancelhas mefistofélicas seguem fielmente o modelo criado por "Der Stürmer", a publicação mais popular da Alemanha Nazista.

Tudo se passa como se o anti-sionismo assumisse progressivamente o mesmo caráter emocional que sempre caracterizou o anti-semitismo, criando um "*zeitgeist*" em que qualquer explicação afigura-se desnecessária e a ilegitimidade do estado judeu torna-se tão evidente como a ilegitimidade do judeu para a teologia católica medieval e o ideário do 3º. Reich. As típicas figuras do judeu traidor (Judas Iscariotis), do judeu capitalista (explorador da força de trabalho) e do judeu comunista (expropriador da propriedade privada), são tão semelhantes à

do judeu ladrão de terras palestinas que a mera coincidência torna-se uma suposição implausível.

Os primeiros estereótipos foram elaborados respectivamente pela aristocracia medieval e pela ultra direita das sociedades industriais. (O nazismo condensou no mesmo ícone o seu vudu anti-capitalista e anti-comunista). Já o último membro da série, o judeu sionista, tem a assinatura da esquerda pós queda do muro de Berlim e pós colapso da União Soviética.

Queda e colapso que constituem símbolos de uma débâcle muito mais ampla, consubstanciada no fracasso da economia estatal e na violação sistemática dos direitos humanos por parte do chamado socialismo real.

Entretanto, se em outras épocas o preconceito latente nunca deixou de enfrentar um forte obstáculo na ética marxista, atualmente a satanização de Israel tem usado a distinção entre anti-semitismo e anti-sionismo como um álibi aparentemente perfeito. Os juízes do tribunal inquisidor, cujas credenciais para vestir a toga derivam da militância pela justiça social, alegam a pureza de suas motivações com a mesma convicção inabalável dos agentes de Torquemada e dos juristas que redigiram as leis raciais do 3º. Reich.

Assim como o ditado afirma que é mais fácil abrir duas nozes resistentes ao pressioná-las reciprocamente, talvez considerados em conjunto anti-semitismo e anti-sionismo revelem aspectos até agora desconhecidos, tanto do ponto de vista sócio-econômico como psicológico.

Análises dedicadas à compreensão do anti-semitismo hitlerista identificaram algumas motivações determinantes. Entre elas, o espantinho do perigo comunista, que mediante a associação entre judeus

e marxismo permitiu matar (literalmente) dois coelhos com a mesma cajadada, a recuperação do orgulho nacional alemão, abalado pela derrota na primeira guerra mundial, a utilidade do inimigo interno/estrangeiro indefeso para promover o sentimento de união, as vantagens materiais propiciadas a todos os que se beneficiaram da apropriação de bens, cargos e mercado de trabalho da minoria discriminada e as vantagens psicológicas que habitualmente acompanham a consagração de um bode expiatório em épocas de crise.

Subjacente a essas razões, e quem sabe em posição de causa, encontra-se um aspecto poucas vezes mencionado: percorrendo a história do anti-semitismo não é difícil perceber que o recrudescimento do preconceito ocorre em situações de rápida transformação social, provocada por abalos drásticos que ameaçam os beneficiários do *status quo* com a possibilidade de uma mudança na estrutura do poder. Evidentemente, nem sempre circunstâncias semelhantes derivam em anti-semitismo -- o bode expiatório varia conforme as circunstâncias.

Não há qualquer dúvida, entre historiadores e sociólogos, sobre a importância decisiva dos fatores econômicos e políticos no conflito que culminou com o massacre dos huguenotes perpetrado pela aristocracia francesa na noite de São Bartolomeu. Os ataques a judeus constituem um caso particular dessa tendência mais geral, mas a frequência com que ocorrem não deixa de ser chamativa. A razão mais provável é que quando os judeus são escolhidos para o sacrifício, torna-se fácil confiscar a sua nacionalidade, o que é quase dizer sua humanidade -base da identificação que tende a inibir o carrasco. Apesar de apresentados como hereges, os huguenotes permaneceram franceses, antes e depois do massacre; já os judeus adequam-se particularmente bem à demonização porque metaforizam melhor o "outro", o "diferente".

O ato de "confiscar" a nacionalidade deslocou-se agora para o Estado de Israel, cujo caráter judeu é denunciado como racista e incompatível com o multiculturalismo característico da pós-modernidade.[4]

Quando se pergunta pelo anti-sionismo atual da esquerda, a resposta oficial invoca a ética -- Israel seria um país colonialista que desrespeita os direitos da população dos territórios ocupados e opressor em relação à minoria árabe interna. A extensão da expressão "territórios ocupados" varia, desde considerar que o estado judeu como um todo foi fundado em terras expropriadas, até a atribuição das guerras de 1967 e/ou 1948 ao expansionismo sionista.

Entretanto, por superficial que seja, qualquer exame da história do conflito bem como da situação atual, quer em relação aos aspectos político-militares quer em relação à convivência entre judeus e árabes, conduz ao questionamento dessas alegações.

Mais ainda, a atribuição do anti-sionismo professado pela esquerda a preocupações humanitárias, principalmente pacifistas, é insustentável. Primeiramente, porque a violação de direitos humanos por parte das ditaduras do Oriente Médio, que criaram e apóiam decisivamente os movimentos terroristas anti-israelenses, bem como o próprio caráter anti-democrático da Autoridade Palestina e a desigualdade social abismal dessas sociedades, deveriam despertar a indignação progressista -- mas não recebem a menor atenção. Em segundo lugar, porque durante os dezoito anos em que Egito e Jordânia ocuparam Gaza e a margem ocidental do Jordão, submetendo a população às típicas coerções exercidas por regimes autoritários, a esquerda manteve-se muda. Durante esse período, a esquerda jamais defendeu a retirada egípcia e jordaniana, muito menos a criação de um estado palestino. Em terceiro

lugar, porque a presença israelense na faixa de Gaza e na margem ocidental deve-se a uma guerra de defesa travada contra inimigos que declararam sem qualquer subterfúgio a intenção de destruir o país e exterminar sua população. Por outro lado, os regimes egípcio e jordaniano não foram substituídos por qualquer forma de ingerência israelense. De 1967 até a instalação da Autoridade Palestina de Arafat (início dos anos 90), a população local gozou de uma autonomia inédita.

O autogoverno resultou em melhora considerável do nível e da qualidade de vida, facilmente aferível através de índices referentes à renda per capita, produto nacional bruto, taxas de alfabetização e de mortalidade infantil. A instalação de redes de abastecimento de água e eletricidade bem como o intercâmbio econômico com Israel foram fundamentais para esse processo. Em quarto lugar, nas negociações de 2000 e 2001, o governo israelense propôs a entrega praticamente integral da margem ocidental e de Gaza em troca de paz, o que foi recusado por Arafat. O acordo de paz com o Egito resultara de uma proposta similar -- a devolução do Sinai. Em quinto lugar, verdadeiros genocídios, bem como atos de limpeza étnica, discriminação racial e violação de direitos humanos ocorrem constantemente -- em Ruanda, na ex-Iugoslávia, no Sudão e principalmente nos países muçulmanos do Oriente Médio, sem qualquer manifestação por parte da esquerda.

Argumentos semelhantes poderiam ser multiplicados e mostram que razões ideológicas e humanitárias estão totalmente ausentes do anti-sionismo professado pela esquerda.

A hipótese desenvolvida neste livro é que a esquerda encontra-se diante de uma situação semelhante à enfrentada pela classe dominante alemã após a primeira guerra mundial. Há similaridades marcantes. A principal refere-se à simetria entre a derrota militar germânica e a derrota política

do socialismo real, simbolizada pela queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética. É possível igualmente estabelecer um paralelo entre a crise econômica alemã, causada pelo conflito de 1914-1918[5], e o colapso do regime comunista na URSS. A corrida armamentista associada à guerra fria acelerou a débâcle do modelo estatizante, solidamente arraigado na ideologia, que lhe atribuía as virtudes da racionalidade econômica e da justiça social. O fracasso do socialismo real equivale à perda de outra guerra -- a guerra fria. O capitalismo, apesar das contradições internas apontadas pelo marxismo, sobreviveu ao regime soviético, contra todas as previsões.

As infrações éticas cometidas pelas ditaduras do proletariado constituem outro aspecto importante da questão. Em surpreendente similaridade com os crimes praticados pelo colonialismo europeu e pelas ditaduras do terceiro mundo quase sempre criadas e apoiadas pelos EUA, os regimes socialistas também acumularam um considerável registro de violações aos direitos humanos. A vasta gama de denúncias documentadas vai dos massacres de camponeses por Stalin, passando pelo estabelecimento do Gulag (os campos de trabalhos forçados da União Soviética), prisões sem julgamento de opositores, massacres de proporções genocidas (como o do Camboja de Pol Pot) até a execução de prisioneiros na China continental, vinculada à venda de órgãos para transplante.

Em acréscimo, a indagação sobre as reais motivações anti-sionistas da esquerda conduz ao exame do respectivo entrelaçamento com os interesses da direita, do liberalismo e do fundamentalismo islâmico. O resultado dessa estranha coalizão é um quadro de argumentos tão contraditórios como eficazes em relação à influência exercida sobre a opinião pública.

Um exemplo: a negação do Holocausto, central para a ressurreição e a legitimação da direita como força política, coaduna-se perfeitamente com a negação da história do Oriente Médio no século XX -- que é a história de um segundo holocausto, mas fracassado. A aprovação que David Duke[6] confere a Norman Finkelstein e Noam Chomsky ilustra o paralelismo entre as motivações da esquerda e da direita; Finkelstein e Chomsky admitem a existência do extermínio em massa, mas afirmam que a função atual do Holocausto é fornecer um alibi para o caráter agressivo, senão nazista, do estado judeu -- algo mais importante do que a matança de seis milhões de pessoas pelo fato de pertencerem a uma etnia e/ou religião e/ou cultura. Atribuindo a Israel um caráter racista e belicista, Finkelstein e Chomsky somam-se às fileiras dos que fornecem a justificativa supostamente ética para a destruição do estado judeu. Na sua concepção, o Holocausto é deplorável principalmente por constituir um argumento favorável à existência de Israel.[7]

Assim como o anti-semitismo nada tem de casual ou espontâneo, decorrendo antes de fatores relacionados à mudança da estrutura do poder em sociedades que passam por momentos de crise e transição, o anti-sionismo tampouco é aleatório. A satanização de Israel cumpre uma função de extrema importância para a esquerda, a de salvaguardar a cidadela ideológica profundamente ameaçada pelo fracasso econômico, político e ético do socialismo real. As acusações feitas a Israel são dirigidas aos Estados Unidos, e através dos Estados Unidos ao capitalismo.

O estado judeu é colocado no lugar que deveria ser ocupado pelos regimes comunistas do leste europeu a partir do momento em que denúncias bastante conhecidas puderam ser plenamente comprovadas.

A satanização de Israel serve à esquerda para evitar o que seria o tribunal de Nuremberg das ditaduras do proletariado.

Assim como o julgamento dos crimes nazistas incidiu primariamente sobre seus responsáveis diretos mas afetou a imagem da Alemanha, a investigação sobre os crimes do comunismo incide primariamente sobre os regimes do leste europeu mas não deixa de repercutir sobre a esquerda como um todo.

O Holocausto, negado pela direita e minimizado pela esquerda, transforma-se no genocídio que estaria sendo cometido por Israel. Direita e esquerda recorrem ao mesmo argumento (dir-se-ia o mesmo advogado) para apagar da memória histórica os campos de concentração e os campos de trabalhos forçados que fizeram do século XX uma época de horror. A negação do Holocausto e a negação da história do Oriente Médio têm exatamente a mesma função: absolver os Leviatãs nazista e comunista, criminosos seriais ideológicos, substituindo-os pelos réus tradicionais: colonialismo e imperialismo.

Cumprindo a função comumente atribuída aos judeus, Israel é convocada pela esquerda para responder pelas inúmeras formas de opressão praticadas pelo expansionismo ocidental, durante o período que Marx designou apropriadamente pela expressão "acumulação primitiva". Para tanto, o campo progressista usou a associação medieval "judeu = dinheiro", transformando-a nas sinonímias "Israel = colonialismo" e "Israel = capitalismo".

Nessa medida, a imputação de práticas colonialistas a Israel também constitui um lenitivo para os responsáveis pela ocupação e exploração da Ásia, África e América; os mesmos estados europeus também se

beneficiam da negação ou relativização do Holocausto, do qual a maioria de seus cidadãos participou.

Na medida em que o anti-sionismo do comunismo russo definiu-se primeiramente pelo caráter ideológico e posteriormente passou a guiar-se pelos interesses do estado soviético, as suas razões diferem das da posição ostentada pela esquerda oficial contemporânea, apesar do aspecto pragmático comum a ambos. Não se trata de uma questão de princípios, muito pelo contrário. O pragmatismo da esquerda ocidental, porém, difere do do Kremlin inclusive por constituir uma resposta ao fracasso do socialismo real.

No cenário da política internacional contemporânea, ao estado judeu é reservado o mesmo papel concedido historicamente à minoria israelita na Europa e nas sociedades islâmicas. As resoluções da Assembléia Geral da ONU e do seu Conselho de Direitos Humanos são particularmente reveladores a esse respeito.

Para a esquerda da época da "Grande Desilusão", o anti-sionismo é essencial. Constitui a maneira mais fácil -- não certamente a melhor -- de enfrentar tempos particularmente difíceis. Trata-se de recuperar a bandeira ética através da demonização do capitalismo, convenientemente encarnado por Israel (da mesma forma que a monetarização da sociedade feudal foi convenientemente debitada aos judeus), além de eclipsar o fracasso econômico e social do socialismo real e manter a boa consciência do militante, ameaçada pela revelação dos crimes políticos cometidos pelas ditaduras do proletariado.

Às razões teóricas e psicológicas, somam-se outras, de caráter mais prático. Os fracassos políticos, econômicos e éticos do socialismo real

abalaram profundamente o discurso ideológico. Criou-se uma situação muito perigosa para os interesses adquiridos por parcela considerável da militância, política e profissionalmente dependente de uma imagem que a ineficiência, a corrupção e o autoritarismo dos regimes comunistas arruinaram.

A derrota das forças armadas alemãs resultou na derrocada do nazismo enquanto ideologia que dispunha de alguns tentáculos internacionais. Décadas se passaram antes que a cruz gamada começasse a ressurgir das cinzas. Observa-se atualmente o aparecimento de organizações extra-parlamentares e partidos políticos vinculados com o ideário xenófobo.

O colapso da potência comunista não teve o mesmo efeito porque a esquerda, além da sólida base intelectual conferida pelo marxismo, sempre se dividiu em diversas correntes, muitas das quais independentes do regime soviético e com raízes tanto na classe trabalhadora como na teoria. Todas, porém, sofreram de alguma forma o impacto do terremoto político que extinguiu os regimes do leste europeu.

A liderança sindical, a presença nas universidades, a força eleitoral, os cargos na administração pública, a direção de órgãos de pesquisa, a chefia de departamentos de política internacional na mídia, as ONGs -- todas essas entidades e funções ocupam um número significativo de pessoas bem como seus seguidores. A conservação do espaço conquistado depende da credibilidade concedida à ideologia *mater*, que alimenta a vasta ramificação do "campo progressista". Uma grande causa internacional contribui fortemente para promover a união interna, devolver a convicção perdida e sobretudo manter a marca do humanismo socialista. A campanha anti-sionista da esquerda merece essa

designação inclusive porque não deixa de ser uma campanha publicitária, destinada a preservar -- e se possível ampliar -- a respectiva faixa de mercado.

Para evitar a auto-crítica quando a crise começou a aprofundar-se, a partir dos anos 80, a esquerda recorreu a um bode expiatório, da mesma forma que a direita alemã havia feito nos anos 30 ao optar pelo nacional-socialismo. Na esteira do dissimulado mas inegável apoio inglês e francês ao regime nazista, que Chamberlain e Daladier viam como um instrumento valioso contra a União Soviética, a esquerda tem-se aliado ao fundamentalismo islâmico com a finalidade de atingir os Estados Unidos. Nesse contexto, e no ocidente, é da esquerda que provém a principal pressão para que Israel desempenhe o mesmo papel atribuído pelos regimes conservadores da Inglaterra e da França à Tchecoslováquia em 1938.

O anti-americanismo atual da esquerda é em tudo e por tudo simétrico ao anti-sovietismo europeu (principalmente francês e inglês) dos anos 30. A ex-Internacional Socialista constituía para a direita europeia o mesmo tipo de espantinho que a globalização representa atualmente para a esquerda. As potências europeias fecharam os olhos à violação do Tratado de Versalhes, no que se refere à proibição do rearmamento alemão, porque esperavam que Hitler destruísse a União Soviética. A esquerda fecha os olhos à nuclearização do Irã pelos mesmos motivos. O fim justifica os meios: a entrega da Tchecoslováquia à Wehrmacht afigurou-se um sacrifício aceitável; a destruição de Israel pelas ditaduras do Oriente Médio também. Para a esquerda, que perdeu suas bandeiras, a militância anti-americana tornou-se um elemento essencial de seu programa político e tudo o mais é secundário.

Entretanto, a globalização limita fortemente a possibilidade de seguir uma política anti-americana até a últimas conseqüências -- trata-se de algo inexecutável no plano das relações econômicas. O anti-americanismo precisa então ser deslocado para o campo da política internacional. Essa é a explicação mais plausível para a militância dos sindicatos e das ONGs contra Israel. A vitória num conflito que é travestido, mais do que maquiado, de segunda guerra do Vietnã, representa o mesmo que um afrodisíaco em relação à impotência. Torna-se mesmo imprescindível para dar sobrevida a uma ideologia que, na sua forma atual, agoniza, mas mesmo assim se nega, em seus estertores, a extrair conclusões acerca do fracasso do socialismo real.

A situação dos sindicatos é ilustrativa. O seu poder de negociação caiu consideravelmente e os lemas repetidos nas passeatas perderam o teor combativo e vigoroso de outras épocas. O entusiasmo e o fervor precisam ser despertados de alguma forma. Em relação às ONGs, o fim do regime do *apartheid* retirou de cena um alvo particularmente significativo - e que sempre justificou doações consideráveis de fundações e governos. Mas na medida em que o *parti pris* ideológico da maioria das ONGs humanitárias, bem como dificuldades concretas de atuação[8], obstaculizam sua presença nos países do terceiro mundo, Israel aparece como o substituto ideal do regime de Pretória. E assim como a esquerda procurou travestir o conflito do Oriente Médio de maneira a apresentar Sharon como o típico ditador latino-americano e a fazer de Arafat o líder de um movimento de libertação nacional, para as ONGs Israel deveria ser retratada como outra África do Sul.

Não é preciso muito mais para hipotetizar que a esquerda, apesar do aposto "progressista", é atualmente uma força conservadora. Solidamente instalada nas democracias parlamentares, afeita aos jogos

da política partidária, os seus barões e duques, dotados de um vasto séquito, estabeleceram feudos na administração pública, principalmente nas áreas do trabalho, assistência social, cultura, educação e saúde. Em última análise, o apoio dos militantes e simpatizantes é função da confiança no discurso ideológico, que precisa de lemas claros e vigorosos, algo a que uma grande causa pode prestar serviços inestimáveis.

Em suma, o anti-sionismo constitui a nova forma assumida pelo anti-semitismo. O anti-semitismo foi, tradicionalmente, um fenómeno local e regional; o nazismo e o fascismo o catapultaram primeiramente a nível nacional e depois, via militar, ao internacional. Na época da globalização, ele alcança um novo patamar, passando da discriminação de uma minoria à discriminação do estado que a representa. O que permanece invariável é a sua função, eminentemente prática: manter ou ampliar o espaço -- social, económico, político -- dos respectivos beneficiários.

O surpreendente, talvez, é que a esquerda tenha imolado a ética num altar tão contrário a seus valores.

[1] Ver o caso da morte (ou "morte"?) de Mohammed Al Dura, cujo vídeo está sob suspeita de ter sido encenado.

[2] É revelador que a esquerda tenha mantido um silêncio sepulcral diante das declarações genocidas de Mahmoud Ahmadinejad.

[3] Ao entrar em coma Sharon privou os cartunistas "progressistas" de um de seus temas preferidos.

[4] Curiosamente, não se aplica o mesmo critério nem em relação aos estados muçulmanos nem àqueles em que o cristianismo vigorou durante séculos como religião oficial, situação cujas conseqüências perduram até hoje. A força econômica, a presença social e o caráter semi-oficial das instituições cristãs -- quer católicas, anglicanas, protestantes ou ortodoxas -- é mais do que evidente nos países europeus e latino-americanos. O mesmo poderia ser dito do budismo no oriente.

[5] Em grande parte decorrente das indenizações exigidas da Alemanha derrotada, cujo pagamento recaiu sobre a República de Weimar.

[6] Líder da Ku Klux Klan, que nega o Holocausto. Convidado para o encontro patrocinado pelo presidente do Irã, afirmou que o Holocausto e o pretexto usado pelos sionistas para seus crimes contra os palestinos, argumento idêntico ao de Finkelstein e Chomsky.

[7] A existência de Israel se deve a outros fatores, embora a perseguição e a discriminação contra a minoria judaica mantenham um lugar de proeminência no sionismo, a partir do próprio caso Dreyfus. Quanto à acusação de que Israel estaria praticando um genocídio contra o povo palestino... afirmações tão absolutamente contrárias à realidade constituem um exemplo extremo de auto-desqualificação intelectual.

[8] É extremamente difícil imaginar ONGs operando em outros países do Oriente Médio além de Israel.

.....

Consulte mais sobre esse e outro títulos do autor:

www.franklingoldgrub.com